

Algumas reflexões sobre o massacre de jovens em Paraisópolis

Monica do Amaral¹

Gostaria de aproveitar o debate que tem sido feito sobre a masculinidade tóxica para abordar a violência do Estado que se encontra cada vez mais enraizada em nossas instituições, que em princípio deveriam garantir o Estado de Direito e, portanto, as liberdades democráticas de todos os cidadãos.

Lendo nos jornais e assistindo as reportagens sobre a morte dos nove jovens na ação policial em Paraisópolis, confesso que fiquei entre estarrecida e apreensiva. Estarrecida com a violência com que os soldados agiram contra os jovens com seus coturnos, cassetetes, bombas de gás lacrimogênio e balas de borracha. E apreensiva quanto aos descaminhos de nossa frágil democracia.

E, depois, sobre o histórico dos jovens mortos e o relato dos familiares sobre a ação policial, não há como negar que estamos diante de um massacre deliberado, com amplo respaldo dos agentes superiores e do governo do Estado de São Paulo.

Eu, como professora em Psicanálise e Educação e pesquisadora sênior desta Universidade, que tem se dedicado ao estudos das culturas juvenis afro-brasileiras, gostaria de compartilhar com alunos e professores, o meu

¹ Professora Associada da Faculdade de Educação - USP e do Diversitas FFLCH - USP

sofrimento ao me deparar com esta violência reiterada, seja contra aqueles que lutam por uma Amazônia preservada, como foi o caso dos meninos brigadistas de Incêndio Florestal Alter do Chão, seja das populações historicamente prejudicadas, como diz o intelectual alemão Axel Honneth, que no caso do Brasil, são os indígenas e afrodescendentes que habitam as favelas de grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro.

Com relação aos jovens brigadistas, ao vê-los abatidos após terem suas barbas e cabelos cortados e jogados na prisão, com a suspeita de serem, não os guardiães da floresta, mas os seus destruidores, lembrei-me da velha prática monarquista e escravista de raspar a cabeça dos escravos fugidos e de quem os auxiliasse, como estratégia de humilhação para abater seus ímpetos de rebeldia e de resistência. E, claro, de modo a destituir o sujeito do que há de mais íntimo, a sua masculinidade...no caso dos jovens, uma masculinidade juvenil, nada tóxica, uma vez que está baseada na solidariedade aos povos originários e na luta pela preservação da floresta, concebendo-a como patrimônio da Humanidade.

E no que diz respeito aos jovens de Paraisópolis, gostaria de contar um pouco da história dos antepassados desta comunidade e do Real Parque, onde fiz pesquisa por cerca de cinco anos, com estudantes de mestrado e doutorado,

durante os quais pude conhecer de perto suas agruras e passado esquecido. Uma boa parte daqueles meninos são afro-indígenas do grupo Pankararu, cujos antepassados habitavam

o sertão do Pajeú, no interior de Pernambuco, região tão mencionada nas músicas de Caetano. Povoada de poesia e literatura de cordel, este território traz consigo um passado não muito alentador. No final do século XIX, logo após

*(...) não há como negar que estamos
diante de um massacre deliberado,
com amplo respaldo dos agentes
superiores e do governo do Estado de
São Paulo.*

a abolição, como parte da política higienista e de branqueamento da população, “promoveram” aldeamentos forçados de diversos povos indígenas, negros forros e sertanejos pobres. Os povos Pankararu surgiram desta mistura que lhes foi imposta. Na década de 50, muitos deles foram trazidos para a região sudeste como trabalhadores da construção civil para construir o estádio do Morumbi e o Palácio Bandeirantes. E lá restaram, habitando hoje as comunidades do Real Parque e de Paraisópolis. As vidas dos jovens estudantes destas comunidades, com quem entramos em contato na única escola pública de ensino fundamental da região (EMEF José Alcântara Machado), são muito limitadas, uma vez que as duas comunidades estão situadas ao lado e à margem dos condomínios de luxo do bairro Morumbi. Eles vivem segregados em suas comunidades, sem poder circular pelo bairro, e muito menos passear em shoppings ou padarias da região. Seus únicos divertimentos eram na época de nossa pesquisa sobretudo as manifestações de hip-hop e hoje, os bailes funk. Aliás manifestações execradas pela classe média, não apenas do entorno, mas que foram justamente objeto de estudo meu e de meus orientandos. São as culturas deles, de resistência e de afirmação étnico-racial e de classe. E como já escrevi em alguns artigos, o funk traz ainda consigo um outro componente - de afirmação da sensualidade feminina que contaminou homens e mulheres.

Pois, tomando em consideração esse histórico, como não se indignar com a ação da polícia militar? Como não se indignar com um governador que diz que tudo deve ser apurado, mas que as ações militares devem continuar ocorrendo nos bailes funk?

Enquanto isso, temos um presidente que conclama o Congresso a aprovar a proposta de excludente de ilicitude em operações de garantia da ordem e da Lei, o que significa legitimar ações desastrosas como a que temos assistido da polícia em todo o Brasil.

Como pesquisadora e estudiosa da psicanálise, que desenvolveu uma escuta atenta para aqueles jovens do Real Parque, seja trabalhando diretamente com eles, seja orientando meus alunos, gostaria muito que esses governantes escutassem aqueles que conhecem essas comunidades para se pensar em políticas públicas, capazes de promover educação e lazer para esta juventude, tomando em consideração suas culturas - an-

cestrais e contemporâneas- e histórico de seus antepassados. E não mais basear suas ações em políticas repressivas e genocidas. É preciso por um basta em tudo isso!

E o que tudo isso tem a ver com a psicanálise e com o combate a uma masculinidade tóxica? Em um artigo publicado na Revista Estilos da Clínica, sob o título, O acesso à paternidade, uma conquista? E ao masculino, um desafio..., onde retomei um debate entre Jacques André e Renato Mezan, por ocasião do lançamento do livro de Jacques André, O esquecimento do pai (Edusp, 2008), e ainda o livro de Monique Schneider, Généalogie du Masculin (2000). A autora discute que, ao lado de uma concepção binária e antitética do masculino e do feminino que pode ser observada em algumas obras de Freud, apoiada na dualidade entre natureza/cultura e na divisão tradicional dos papéis entre os sexos, tema abordado por Jacques André, é possível depreender outra, que a precede e que aponta para uma divisão de natureza distinta, que remete a discussão da gênese do psiquismo ao campo da cultura. A autora remete-nos então ao momento em que Freud extrapola o âmbito familiar e caminha em direção a uma exigência situada no exterior da célula familiar, afastando-se da ideia de distribuição de lugares distintos ao feminino e ao masculino como uma lei do destino e nos remetendo ao devir histórico, marcado por mutações.

Nessa mesma linha, a autora salienta que, por trás da identificação oficialmente aceita do Édipo, que representa o masculino em sua verticalidade, há outro movimento identificatório: o medo da Esfinge, de ter seus segredos desvendados, ao qual se identifica Freud, e todos os homens... Segundo Schneider, está se referindo a uma identificação não admitida, antagônica àquela aventada pelo Édipo (ao pai), voltada ao feminino, que faz tremer todo corpo sexuado. E com relação a Hamlet, salienta a atmosfera espectral na qual são mergulhados, não apenas o pai, mas também o filho, sendo reservada apenas à mãe a experiência de vida. Sustenta ainda que a divisão estabelecida pelo pensamento idealista socrático-platônico que se encontra presente na abordagem dualista do feminino/masculino, atribuindo a cada um deles separadamente o sensível e o inteligível, finda por negar ao masculino a condição de ser sexuado, encarnado, vivo e incontável.

São ideias que depois desenvolvo pensando que

uma pesquisa importante a ser feita no campo metapsicológico seja pensar o feminino como campo de passagem ao masculino, resgatando sua sensibilidade epidérmica, o que o distancia de toda masculinidade ereta, repressiva e violenta. Será que não seria necessário retomar este intrincado debate para pensar como a psicanálise pode fazer avançar o debate sobre gênero e sexualidade em uma sociedade ainda muito marcada pelo que hoje chamamos de masculinidade tóxica?

E o pior com forte inclinação a apoiar os discursos e práticas conservadoras e masculinistas de nossos governantes, que recorrem ao poder dos coturnos e das armas para reprimir e matar aqueles que ousam se divertir em bailes funk? Enfim, foi um desabafo, que espero que sirva para o nosso debate sobre a situação em que vivemos.

* As ideias contidas neste artigo são de seu(s) autor(es) e não necessariamente expressam as posições oficiais do Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos – DIVERSITAS.